

**EDcl no ARE no RE nos EDcl nos EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº
1.550.965 - CE (2015/0211405-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
EMBARGANTE : JULIO DE ALMEIDA FREITAS
ADVOGADOS : LEONARDO ROBERTO OLIVEIRA DE VASCONCELOS -
CE018185
CÁSSIO FELIPE GOES PACHECO - CE017410
JOSE NILSON QUEIROZ DE ALMEIDA
EMBARGADO : UNIÃO
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de embargos de declaração, opostos por JULIO DE ALMEIDA FREITAS, contra acórdão proferido pela Corte Especial, que não conheceu do agravo em recurso extraordinário interposto pela parte embargante, nos termos da seguinte ementa (fls. 2.030/2.031):

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ART. 1.030, § 2º, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRAZO RECURSAL NÃO INTERROMPIDO. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO.

1. Conforme previsão do artigo 1.030, § 2º, do Estatuto Processual Civil, é cabível agravo interno/regimental contra a decisão que negar seguimento a recurso extraordinário que discuta questão constitucional na qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Excelso Pretório exarado no regime de repercussão geral.

2. A interposição de agravo em recurso extraordinário em face de decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, evidencia a ocorrência de erro grosseiro, a impossibilitar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal ao caso.

3. Tratando-se de recurso manifestamente incabível, que não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de outro recurso, verifica-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.

4. Agravo em recurso extraordinário não conhecido.

Esta é a ementa do *decisum* unipessoal objeto do supracitado acórdão, *verbis* (fl. 309):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA 339/STF. PRESSUPOSTOS DE

ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. CONTROVÉRSIA RESTRITA AO EXAME DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 181/STF. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

Consoante determinação do aresto da Corte Especial, a Coordenadoria de Recursos Extraordinários certificou, em 14.11.2018, a ocorrência do trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao apelo extraordinário em 4.6.2018 (fl. 2.055).

Não obstante, em 7.11.2018, a recorrente opôs os presentes embargos de declaração contra o acórdão da Corte Especial.

A impugnação recursal foi apresentada às fls. 2.058/2.062.

É o relatório.

Não há mais nada a prover na espécie.

De fato, consoante se observa da certidão de fl. 2.055, ocorreu o trânsito em julgado do feito em 4.6.2018. Evidencia-se, portanto, o exaurimento da prestação jurisdicional junto ao Superior Tribunal de Justiça, inexistindo a possibilidade da análise dos presentes aclaratórios, opostos em momento posterior ao referido trânsito.

Feitas essas considerações, **determino o arquivamento imediato desta, bem como de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente